

Revolution, Counterrevolution and Democracy — Portugal 1974–1975

Revolução, Contrarrevolução e Democracia — Portugal 1974–1975

Carolina Querido *

NOVA FCSH, Portugal; Observatório Político | carolinaquerido98@gmail.com

* ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0006-0442-9885>

Fernandes, T. R. (2024)

Revolução, Contrarrevolução e Democracia — Portugal 1974–1975.
Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos

No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de abril de 1974, Tiago Fernandes lançou a obra *Revolução, Contrarrevolução e Democracia — Portugal 1974–1975*. Professor de Ciência Política e Políticas Públicas e investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, Tiago Fernandes doutorou-se no Instituto Universitário Europeu, em Florença, e foi investigador visitante em Princeton, no Kellogg Institute for International Studies e na Fundação Juan March.

O objetivo da obra, diretamente expressado no seu início, é o de “compreender as razões pelas quais as revoluções originam regimes democráticos”, com o caso português como exemplo emblemático. (p. 13) Por isso e para isso “procuramos compreender os motivos pelos quais Portugal não sofreu (1) um golpe militar de direita apoiado por segmentos da elite do anterior regime, ou (2) a ascensão de um regime de partido único revolucionário apoiado por segmentos dos militares e que gradualmente marginalizasse todos os outros partidos.” (p. 13–14) A escolha da revolução portuguesa é também relevante pelo facto de ser a que marca o início da terceira vaga de democratização e de ser uma revolução social pacífica.

Tiago Fernandes argumenta que “os regimes saídos dos ciclos revolucionários são o produto da dimensão e robustez da coligação revolucionária.” (p. 25) Mas a coligação não é tudo; o autor termina a introdução citando Theda Skocpol e Jeff

Goodwin (1989): “do ponto de vista dos aspirantes a revolucionários, a situação ideal é enfrentar um regime autoritário exclusionário e repressivo que carece de um forte controlo de todo o seu território ou fronteiras (ou então perde repentinamente tal controlo).” (p. 40)

Esta obra está dividida em três capítulos, três eras cronologicamente distintas: o primeiro, sobre o período de crise do Estado Novo, anterior à revolução do 25 de abril de 1974; o segundo, sobre a revolução do 25 de abril; o terceiro, sobre o fracasso da extrema-esquerda e a consolidação da democracia em Portugal.

O objetivo do primeiro capítulo, intitulado “A crise do Estado Novo”, é o de descrever os fatores que conduziram à criação da coligação de oposição ao Estado Novo: uma coligação da qual faziam parte não só a classe média e trabalhadora (urbana e rural) como também a classe militar portuguesa. Primeiramente, e como mencionado pelo autor, é importante sublinhar as contradições internas do próprio regime, que estava ultrapassado face às tendências europeias. De facto, falamos do “último grande império colonial e a mais antiga ditadura conservadora da Europa Ocidental, o enorme e ineficiente Estado burocrático-imperial português, (...)” (p. 41) Por esta razão, a estratégia de manutenção de poder do regime de Salazar baseava-se na despolitização e apatia das massas, que se verificava na diminuta variedade de associações no seio da sociedade civil portuguesa. Portanto, verificava-se um elevado número de associações apenas nas categorias de lazer e desporto. (p. 42) Quanto à assistência social, a forte presença de mecanismos como a família, instituições privadas, misericórdias, serviam como apoio principal à população — onde o Estado tinha um papel secundário. (p. 47) Outro aspeto relevante, a questão da habitação social, tinha “um carácter fortemente simbólico, disciplinador e seletivo”, sendo atribuída e distribuída a grupos sociais ou setores profissionais de atividade específicos (i.e., por exemplo, à função pública). (p. 48)

A década de 1960 trouxe dois eventos marcantes para o regime: o Consílio Vaticano II e os planos para a modernização social económica (que obrigavam não só uma força de trabalho saudável e qualificada, como de fundos, que à data estavam maioritariamente alocados ao esforço de guerra nas colónias). (p. 50–51) Esta particularidade do esforço de guerra relacionava-se diretamente com um descontentamento no seio das forças armadas, que não acreditavam que a guerra pudesse ser vencida. Além disto, o descontentamento seria amplificado com a publicação dos decretos do governo que facilitavam a ascensão profissional de milicianos, o que iria diretamente relacionar-se com a constituição do MFA, na refuta do desprestígio profissional decretado. (p. 57) Com uma orientação ideológica “esquerdista e anticolonial, mas anticomunista”, o “Movimento dos Capitães” tem como marco formal a reunião em Évora a setembro de 1973. Seria só a 25 de abril de 1974 que os militares do MFA derrubam o Estado Novo. (p. 59)

“A revolução e a derrota da direita autoritária” é o título do segundo capítulo. Aqui, o foco é na importância do protesto social aliado a uma ampla coligação,

formada por “militares radicais, partidos de centro-esquerda e da esquerda radical”, na irreversibilidade da revolução do 25 de abril. (p. 37) Com todos os partidos declaradamente contra o regime de Salazar, e até as instituições mais conservadoras (i.e., por exemplo, a Igreja) a aceitar os objetivos revolucionários dos tempos vividos, a revolução portuguesa insere-se nas teorias gerais da revolução. Tiago Fernandes sublinha as características exclusionárias e repressivas do regime português que, aliadas a tensões internas das elites — por razões militares, financeiras e de isolamento internacional — criaram o ambiente perfeito para uma incomparável mobilização de massas (p. 62–63) Iguualmente, a revolução portuguesa tem importância no estudo das revoluções e da democratização por ser a última revolução socialista da Europa Ocidental.

Mais particularmente, o 25 de abril trouxe novas formas de olhar a hierarquia social e a democratização dos locais vividos. De facto, existiu uma “subversão temporária dos princípios de hierarquia social”, como o autor caracteriza utilizando a expressão de Fishman (2019). Este período foi marcado por um aumento significativo de associações (“os portugueses fundaram mais associações voluntárias do que em qualquer outra altura da sua história”, p. 64), de greves (“entre abril e junho de 1974, deu-se igualmente uma enorme vaga de greves e um movimento de ocupação das fábricas”, p. 71) e na criação de cooperativas (“cooperativas de produção, agrícolas, industriais e de habitação”, p. 74)

Por fim, torna-se necessário retomar a segunda metade do título do capítulo: a derrota da direita autoritária. De facto, apesar de existir um consenso generalizado contra o anterior regime, existiam outros projetos contrários ao que o MFA se tinha proposto com o 25 de abril. António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, preferia uma solução em que as eleições eram adiadas, prolongando o esforço de guerra nas colónias e desenvolver um regime federalista com esses territórios — e não pela sua independência. O MFA e a esquerda partidária, contudo, posicionaram-se determinantemente contra estas posições do General Spínola. (p. 83–84) A 11 de março de 1975, Spínola tem a sua derrota final, num golpe falhado organizado pelo movimento de extrema-direita denominado Exército de Libertação de Portugal (ELP). Estas tentativas da extrema-direita em reverter a jovem revolução que florescia no solo português foram travadas, e a derrota da extrema-direita foi possível graças às grandes mobilizações da população, “em que o MFA, o PCP, o PS e o MDP-CDE, comissões de trabalhadores, sindicatos e associações de moradores se uniram em apoio à descolonização e contra as tentativas de golpe.” (p. 87)

O terceiro capítulo, “O fracasso do radicalismo esquerdista e o caminho para a democracia”, analisa as causas de a revolução ter originado um regime democrático, sublinhando o papel dos moderados e das forças democráticas no fracasso dos projetos da esquerda radical. Primeiro, a tentativa de golpe a 11 de março de 1975 foi um gatilho para a clivagem profunda na coligação revolucionária.

Com a ascensão de uma esquerda radical, enfatiza-se o programa de nacionalizações, a desvalorização da marcação de eleições e o apoio pela manutenção da participação do MFA na vida política portuguesa — pontos que o PS e o PSD discordavam profundamente. Já em novembro e dezembro de 1974, a primeira grande divisão desta coligação dá-se relativamente à questão da CGTP e a unidade sindical. (p. 91)

Essencialmente, existia um medo generalizado de que a extrema-esquerda fosse tomar o Estado pela força — o que não implicava que o PS e o PSD não estivessem de acordo com partes do programa económico e social proposto. No verão de 1975 surge o “Grupo dos Nove”, documento assinado por 80% dos oficiais regulares do exército português, em que se sublinha o objetivo de tornar o regime português numa democracia, criticando os radicais revolucionários. (p. 94)

Outro aspeto relevante para Tiago Fernandes é a questão de como se derrotou as forças radicais. Aqui, os partidos moderados, pelo facto de se terem consolidado na sociedade civil portuguesa, conseguiram mobilizar as massas. (p. 94) Com efeito, é a existência de partidos fortes durante o período revolucionário, que gerou as condições para o surgimento do regime democrático — especialmente partidos que tenham a força para rivalizar com partidos adversários, revolucionários e radicais. (p. 97)

Por último, é também essencial compreender o período histórico para explicar a derrota da esquerda radical no pós-25 de abril. É um período de *détente* e dos acordos de Helsínquia — em que os EUA e a URSS têm áreas de influência específica, não interferindo na área um do outro. (p. 126–127) Considerando ainda a posição de Portugal como membro fundador da NATO, a área de influência está bem definida, pelo que não existia abertura para radicalização à esquerda e movimentos nesse sentido.

As conclusões desta obra estão divididas em dois pontos principais: conclusões propriamente ditas e sugestões de pesquisa futura. Primeiramente, o autor sublinha o facto de as revoluções serem, em si mesmas, “dos mais destrutivos processos de mudança socioeconómica e política”. E acrescenta, “Não é, portanto, de surpreender que diversas ordens autoritárias, tanto de direita, como de esquerda, geralmente sucedam aos conturbados e violentos ciclos revolucionários.” (p. 129) Assim, repare-se na verdadeira particularidade do caso português e de revoluções cujo desenlace seja a democracia. Para evitar esse fim, uma das respostas para o autor é a aposta numa sociedade civil forte, pois: “Quanto mais forte é a sociedade civil, mais ela serve também como um baluarte contra o autoritarismo dos revolucionários profissionais.” (p. 77) Em segundo lugar, esta área do conhecimento é ainda largamente inexplorada, especialmente no que diz respeito ao que condiciona uma revolução a confluir num regime democrático. O autor menciona vários aspetos significativos que poderão ser versados em investigação futura, como “ao papel das culturas de oposição”, “os tipos de Estado”, “a parlamentarização”, entre outros. (p. 130)

Esta obra possibilita ao leitor uma visão simultânea de um ambiente geral — no que diz respeito ao antes, durante e depois, do 25 de abril de 1974, e as suas dinâmicas — mas específica — olhando para aspetos como a sociedade civil (associações, cooperativas, sindicatos) quantitativamente. De facto, a leitura é entrecortada com gráficos explicativos, o que permite uma melhor visualização e quantificação das condições reais da sociedade portuguesa à época. Contudo, há que salientar que talvez esta não seja a obra óbvia sobre o 25 de abril de 1974: i.e., não se trata de uma descrição histórica e pormenorizada sobre os eventos do dia 25 de abril de 1974. Pelo contrário, o dia da revolução é pouco explorado nesta obra — o enfoque é outro: é nas dinâmicas do antes (da revolução), do durante (i.e., do período revolucionário) e no imediatamente depois (com 1975 a encerrar a possibilidade de uma radicalização à esquerda do regime). Em 2024, 50 anos após a revolução maior que construiu a democracia portuguesa, esta obra é um ponto de partida não só para outros investigadores na área como para qualquer cidadão interessado neste marco da História portuguesa.

Data de receção: 14/11/2024

Data de aceitação: 16/12/2024

References

- Fernandes, T. (2024). *Revolução, Contrarrevolução e Democracia — Portugal 1974–1975*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fishman, R. (2019). *Democratic Practice: Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford University Press.
- Goodwin, J., & Skocpol, T. (1989). Explaining revolutions in the contemporary Third World. *Politics & Society*, 17(4), 489–509.

About the Author

CAROLINA QUERIDO was born in Coimbra in 1998, but has always lived in Pombal. She graduated in Political Science from ISCSP-ULisboa in 2019, obtaining the Academic Merit Award. During her degree, she studied in Poland, under the Erasmus+ programme. In 2022, she obtained a Master's degree "Double Degree in European Studies and Governance, Leadership and Democracy Studies" from Universidade Católica Portuguesa and Jagiellonian University with the dissertation entitled: "Different positions in the European Parliament on abortion: the abortion debate in Poland in 2016 and in 2020 as a case study". She began her professional activity in 2023, when she was an intern for 9 months at DGACCP-VCP, at the MFA Portugal. In 2024, she was an intern at the Political Observatory for 3 months, later joining as a Board of Directors Assistant. At the same time, in 2024, she enrolled in the PhD in Political Science at NOVA FCSH.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0006-0442-9885>]

Sobre o autor

CAROLINA QUERIDO nasceu em Coimbra em 1998, mas sempre viveu em Pombal. Licenciou-se em Ciência Política pelo ISCSP-ULisboa em 2019, obtendo o Prémio Mérito Académico. Durante a Licenciatura, participou no programa Erasmus+, estudando em Lublin, na Polónia. Em 2022, obteve o grau de Mestre no programa "Double Degree in European Studies and Governance, Leadership and Democracy Studies" pela Universidade Católica Portuguesa e pela Jagiellonian University, na Polónia, com a dissertação intitulada: "Different positions in the European Parliament on abortion: the abortion debate in Poland in 2016 and in 2020 as a case study". Iniciou a sua atividade profissional em 2023, quando foi estagiária durante 9 meses na DGACCP-VCP, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2024, foi estagiária do Observatório Político durante 3 meses, tendo posteriormente integrado o Observatório Político como Assistente da Direção. Paralelamente, também em 2024, ingressou no programa de Doutoramento em Ciência Política da NOVA FCSH.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0006-0442-9885>]